

Execução Orçamentária do Brasil

DE FHC A LULA

PAGO

 **DS SÃO PAULO**
Unafisco Sindical

Unafisco - Delegacia Sindical de São Paulo
Av. Paulista, 568, 9º andar - Bela Vista.
CEP: 01310-000 São Paulo SP
Fone/fax: (11) 3251-0085
www.unafiscosindical-sp.org.br

Execução Orçamentária do Brasil ¹
De FHC a Lula
Parte I

Iniciativa: Estudos Técnicos Unafisco Sindical - DS/SP

Presidente: Carmen Cecilia Bressane

Responsáveis técnicos: Auditores-Fiscais da Receita Federal,
Silvana Mendes Campos e Marcelo Cota Guimarães



Unafisco – Delegacia Sindical de São Paulo
Av. Paulista, 568, 9º andar - Bela Vista.
CEP: 01310-000 São Paulo -SP
Fone/fax: (11) 3251-0085

www.unafiscosindical-sp.org.br

São Paulo, 26 de outubro de 2006

¹ *Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.*

Apresentação

A questão dos gastos públicos permeia o debate político, tanto que as plataformas de governo propostas nas eleições de 2006 colocam o foco principal nessa questão. O tema é, sem dúvida, da maior importância.

A carga tributária de um país possui duas faces igualmente importantes: origem e destino. Se estiverem bem estabelecidos - a origem e o destino do dinheiro público - tem-se a receita infalível de crescimento e bem-estar social. Esta receita é que precisamos descobrir para o Brasil!

Do lado da origem da arrecadação federal, é fundamental que se estabeleça a prática da justiça fiscal ou não existirá a necessária legitimação social para o governo. Existem questões essenciais a serem perseguidas para a correção dos rumos da tributação no País. Quais segmentos estão contribuindo, e quais não estão, com a formação dos recursos públicos? Nossa legislação tributária está fundada no preceito constitucional de capacidade contributiva? O sistema de arrecadação é justo, valoriza o contribuinte e pune o sonegador? E as propostas de reforma tributária? Elas vêm no sentido de promover a justiça fiscal ou de elevar ainda mais a concentração de renda no País?

Entretanto, a principal questão neste momento se refere ao destino dos recursos públicos: como e por que atingimos uma carga tributária sobre quase 40% de todas as riquezas produzidas no país (PIB). Quais os gastos públicos que pressionaram e provocaram a necessidade de tão alta carga tributária? Uma vez constituída a massa de recursos públicos - e executada por meio da aplicação do Orçamento da União - podemos verificar em que medida e como os recursos oriundos da carga tributária estão a serviço da implementação de políticas públicas e do desenvolvimento econômico e social.

Este estudo, **Execução Orçamentária do Brasil: de FHC a Lula - Parte I**, apresenta os gastos públicos dos últimos onze anos, considerando todas as rubricas do Orçamento da União, o que permite um estudo comparativo dos oito anos do governo de FHC e dos três anos de governo Lula. Utilizando somente dados oficiais e públicos, o estudo analisa soluções habitualmente propostas para a redução do gasto público, procura a relação de causa e efeito entre gasto público e carga tributária e, ao final, aponta um caminho para o desenvolvimento, com ganhos sociais.

1. Gastos Públicos de 1995 a 1999

A seguir apresentamos as tabelas 1 e 2, que demonstram com clareza que a aplicação do dinheiro público de 1995 a 1999 se divide basicamente em três grandes fatias: Administração e Planejamento; Assistência e Previdência e Outros (Saúde, Saneamento, Educação Cultura, etc.). Em 1995, início de nossa pesquisa, esses três agrupamentos significavam, respectivamente, 18,75%, 34,05% e 47,2% do destino dos recursos públicos. E, em 1999, 38,93%, 27,83% e 33,24% do orçamento público executado. No ano de 1997 ocorreu uma clara inversão de prioridade entre gastos financeiros (juros) e de infra-estrutura / social, que se mantêm crescente até hoje.

Tabela 1- Execução do Orçamento da União

Rubricas do Orçamento	Demonstrativo da Execução - Orçamento da União									
	1995		1996		1997		1998		1999	
	R\$ Milhões	% total	R\$ Milhões	% total	R\$ Milhões	% total	R\$ Milhões	% total	R\$ Milhões	% total
Administração e Planejamento (*)	28.956	18,75%	37.561	20,95%	93.835	36,65%	123.689	40,76%	124.303	38,93%
Assistência e Previdência (**)	52.576	34,05%	63.957	35,67%	69.991	27,34%	81.169	26,75%	88.844	27,83%
Desenvolvimento Regional	18.507	11,98%	20.965	11,69%	24.203	9,45%	26.733	8,81%	28.136	8,81%
Saúde e Saneamento	14.782	9,57%	14.727	8,21%	17.986	7,03%	16.610	5,47%	19.150	6,00%
Educação e Cultura	9.373	6,07%	9.495	5,30%	10.428	4,07%	14.901	4,91%	16.062	5,03%
Defesa Nacional e Segurança Pública	8.308	5,38%	8.953	4,99%	9.839	3,84%	10.195	3,36%	10.551	3,30%
Agricultura	8.098	5,24%	6.300	3,51%	8.731	3,41%	6.684	2,20%	7.955	2,49%
Trabalho	5.523	3,58%	6.948	3,87%	7.199	2,81%	7.881	2,60%	8.096	2,54%
Judiciária	2.968	1,92%	3.753	2,09%	5.346	2,09%	6.482	2,14%	6.463	2,02%
Transporte	2.380	1,54%	2.934	1,64%	3.739	1,46%	3.804	1,25%	3.126	0,98%
Indústria Comércio e Serviços	838	0,54%	962	0,54%	1.163	0,45%	1.775	0,58%	2.572	0,81%
Legislativa	1.053	0,68%	1.237	0,69%	1.623	0,63%	1.592	0,52%	1.664	0,52%
Energia e Recursos Minerais	484	0,31%	636	0,35%	865	0,34%	951	0,31%	1.031	0,32%
Relações Exteriores	378	0,24%	427	0,24%	442	0,17%	441	0,15%	696	0,22%
Habituação e Urbanismo	109	0,07%	344	0,19%	423	0,17%	303	0,10%	320	0,10%
Comunicações	93	0,06%	111	0,06%	193	0,08%	233	0,08%	323	0,10%
TOTAL	154.427	100,00%	179.309	100,00%	256.007	100,00%	303.442	100,00%	319.293	100,00%

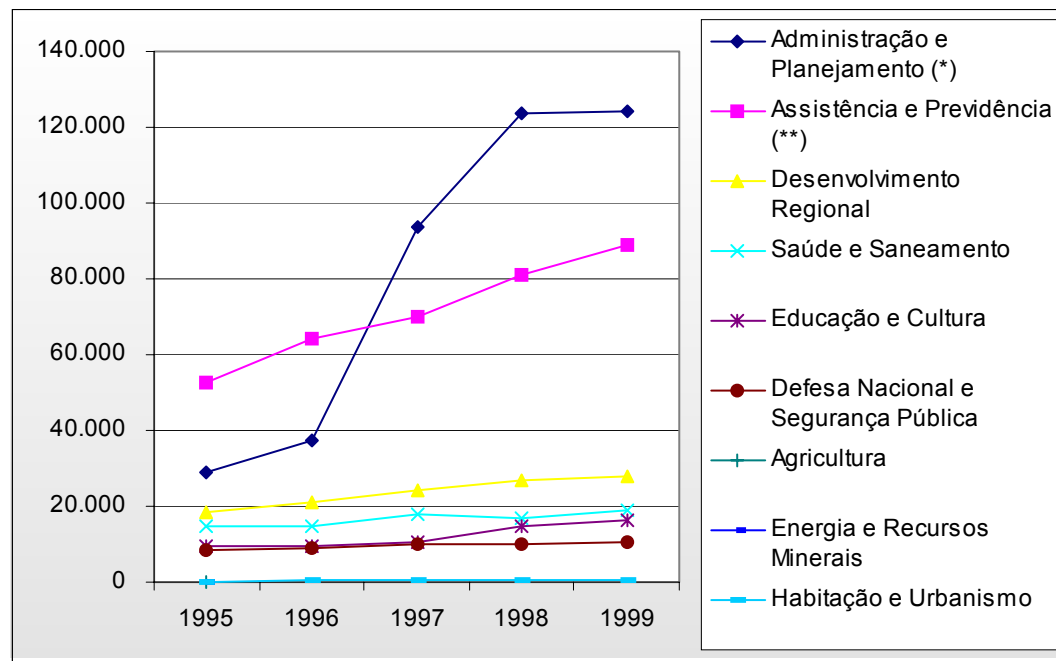
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal www.stn.fazenda.gov.br.

Tabela 2 - Execução do Orçamento da União – consolidado

Orçamento federal realizado	1995 a 1999	
	R\$ Milhões	% total
Administração e Planejamento (*)	408.344	33,68%
Assistência e Previdência (**)	356.537	29,41%
Desenvolvimento Regional	118.543	9,78%
Saúde e Saneamento	83.255	6,87%
Educação e Cultura	60.259	4,97%
Defesa Nacional e Segurança Pública	47.846	3,95%
Agricultura	37.768	3,11%
Trabalho	35.647	2,94%
Judiciária	25.013	2,06%
Transporte	15.983	1,32%
Indústria Comércio e Serviços	7.310	0,60%
Legislativa	7.169	0,59%
Energia e Recursos Minerais	3.966	0,33%
Relações Exteriores	2.384	0,20%
Habituação e Urbanismo	1.501	0,12%
Comunicações	953	0,08%
Realizado e % Participação	1.212.479	100,00%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal www.stn.fazenda.gov.br.

Evolução dos principais gastos públicos (em R\$ Milhões)



(*) Administração e Planejamento: soma dos gastos em serviço sobre a dívida externa, serviço sobre a dívida interna, transferências e outros encargos especiais, além das Despesas com Administração Pública. A partir do ano de 2000, esse item foi desdobrado em dois: Administração, que é um gasto relativamente pequeno, aproximadamente 2%, e Encargos Especiais.

(**) Previdência Social: soma da aplicação em Assistência Social e Previdência. Poupança do trabalhador que retorna à economia sob forma de consumo.

2. Gastos Públicos de 2000 a 2005

Analisando o conteúdo das tabelas 3 e 4 fica demonstrado que prevaleceu a mesma política de aplicação dos gastos públicos de 1997 em diante, com ênfase ao aumento significativo em Encargos Especiais (*). A aplicação do dinheiro público permanece dividida entre três grandes fatias: Encargos Especiais; Previdência Social e Outros (Saúde, Saneamento, Educação, Cultura, etc.), chegando em 2005 a respectivamente, 42,45%, 31,06% e 26,49% do orçamento público executado.

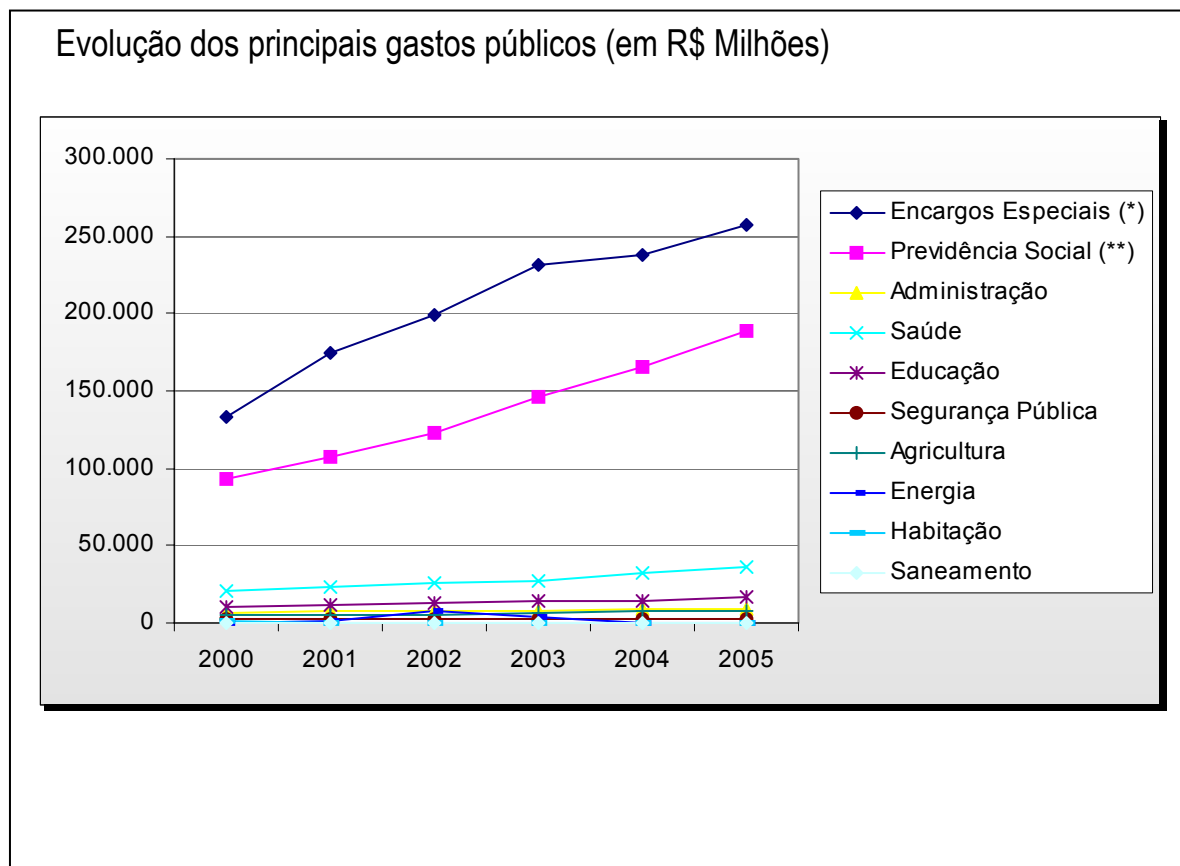
Tabela 3 - Execução do Orçamento da União

Orçamento realizado	2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
		total		total		total		total		total		total
Encargos Especiais (*)	133.626	42,36%	174.514	45,52%	199.095	45,34%	230.999	46,82%	238.257	43,82%	257.660	42,45%
Previdência Social (**)	93.408	29,61%	107.544	28,05%	123.218	28,06%	145.478	29,49%	165.509	30,44%	188.506	31,06%
Saúde	20.270	6,43%	23.634	6,16%	25.435	5,79%	27.172	5,51%	32.973	6,06%	36.483	6,01%
Educação	10.616	3,37%	11.637	3,04%	13.223	3,01%	14.224	2,88%	14.533	2,67%	16.188	2,67%
Defesa Nacional	10.634	3,37%	11.892	3,10%	12.617	2,87%	11.570	2,35%	13.573	2,50%	15.422	2,54%
Trabalho	6.246	1,98%	7.441	1,94%	8.478	1,93%	9.495	1,92%	10.707	1,97%	12.717	2,10%
Assistência Social	4.442	1,41%	5.298	1,38%	6.513	1,48%	8.416	1,71%	13.863	2,55%	15.806	2,60%
Judiciária	6.478	2,05%	6.716	1,75%	8.187	1,86%	8.360	1,69%	10.531	1,94%	10.675	1,76%
Administração	6.587	2,09%	7.266	1,90%	8.229	1,87%	7.363	1,49%	8.937	1,64%	9.085	1,50%
Agricultura	5.082	1,61%	5.482	1,43%	5.500	1,25%	6.506	1,32%	7.636	1,40%	8.328	1,37%
Transporte	3.289	1,04%	3.962	1,03%	5.142	1,17%	3.048	0,62%	3.652	0,67%	6.723	1,11%
Legislativa	1.757	0,56%	2.109	0,55%	2.474	0,56%	3.075	0,62%	3.536	0,65%	3.807	0,63%
Segurança Pública	2.189	0,69%	2.604	0,68%	2.202	0,50%	2.405	0,49%	2.768	0,51%	3.018	0,50%
Energia	524	0,17%	726	0,19%	7.819	1,78%	3.905	0,79%	396	0,07%	471	0,08%
Comércio e Serviços	1.864	0,59%	2.782	0,73%	1.831	0,42%	2.067	0,42%	2.084	0,38%	2.844	0,47%
Ciência e Tecnologia	1.245	0,39%	1.592	0,42%	1.507	0,34%	1.993	0,40%	2.607	0,48%	3.274	0,54%
Organização Agrária	1.093	0,35%	1.330	0,35%	1.381	0,31%	1.430	0,29%	2.618	0,48%	3.583	0,59%
Gestão Ambiental	1.139	0,36%	1.899	0,50%	1.265	0,29%	948	0,19%	1.193	0,22%	1.992	0,33%
Essencial à Justiça	679	0,22%	860	0,22%	1.044	0,24%	1.356	0,27%	2.126	0,39%	2.331	0,38%
Relações Exteriores	748	0,24%	926	0,24%	1.328	0,30%	1.164	0,24%	1.312	0,24%	1.529	0,25%
Urbanismo	190	0,06%	491	0,13%	487	0,11%	343	0,07%	1.193	0,22%	2.111	0,35%
Indústria	323	0,10%	477	0,12%	418	0,10%	439	0,09%	1.549	0,28%	1.495	0,25%
Habitação	1.607	0,51%	357	0,09%	127	0,03%	122	0,02%	489	0,09%	570	0,09%
Direitos da Cidadania	407	0,13%	584	0,15%	411	0,09%	394	0,08%	550	0,10%	829	0,14%
Comunicações	404	0,13%	456	0,12%	566	0,13%	641	0,13%	496	0,09%	481	0,08%
Cultura	238	0,08%	278	0,07%	240	0,05%	231	0,05%	324	0,06%	494	0,08%
Desporto e Lazer	174	0,06%	298	0,08%	265	0,06%	160	0,03%	271	0,05%	423	0,07%
Saneamento	161	0,05%	233	0,06%	97	0,02%	59	0,01%	77	0,01%	88	0,01%
Realizado e % Participação	315.421	100,00%	383.389	100,00%	439.097	100,00%	493.363	100,00%	543.760	100,00%	606.933	100,00%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal www.stn.fazenda.gov.br.

Tabela 4 - Execução do Orçamento da União – consolidado

Orçamento realizado	2000 a 2005	
	R\$ Milhões	% total
Encargos Especiais (*)	1.234.151	44,36%
Previdência Social (**)	823.662	29,61%
Saúde	165.967	5,97%
Educação	80.421	2,89%
Defesa Nacional	75.708	2,72%
Trabalho	55.084	1,98%
Assistência Social	54.339	1,95%
Judiciária	50.946	1,83%
Administração	47.466	1,71%
Agricultura	38.533	1,39%
Transporte	25.816	0,93%
Legislativa	16.758	0,60%
Segurança Pública	15.186	0,55%
Energia	13.842	0,50%
Comércio e Serviços	13.471	0,48%
Ciência e Tecnologia	12.218	0,44%
Organização Agrária	11.434	0,41%
Gestão Ambiental	8.436	0,30%
Essencial à Justiça	8.396	0,30%
Relações Exteriores	7.007	0,25%
Urbanismo	4.815	0,17%
Indústria	4.699	0,17%
Habituação	3.273	0,12%
Direitos da Cidadania	3.176	0,11%
Comunicações	3.045	0,11%
Cultura	1.805	0,06%
Desporto e Lazer	1.591	0,06%
Saneamento	715	0,03%
Realizado e % Participação	2.781.962	100,00%



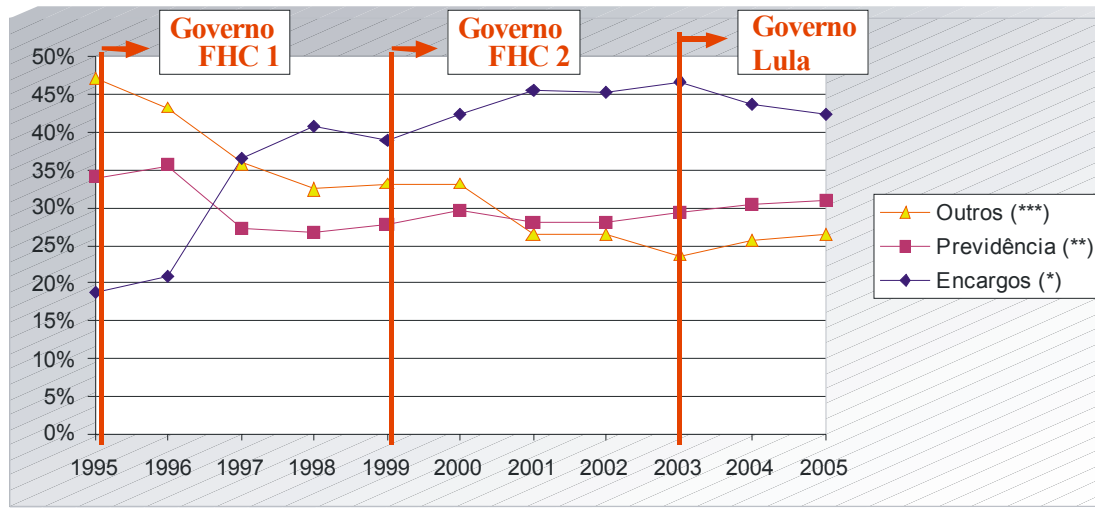
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal www.stn.fazenda.gov.br.

(*) Encargos Especiais: soma dos gastos em serviço sobre a dívida externa, serviço sobre a dívida interna, transferências e outras despesas financeiras.

(**) Previdência Social: poupança do trabalhador. Retorna à economia sob forma de consumo. Maior programa de redistribuição de renda do País.

3. Evolução dos Gastos Públicos

Ao verificar a evolução percentual ao longo de onze anos dos agrupamentos mais significativos das rubricas de execução do Orçamento da União (Fiscal e Previdenciário); Encargos Especiais; Previdência Social e Outros (todos os demais: Saúde, Saneamento, Educação Cultura, etc.), temos o seguinte raio X da evolução dos gastos públicos:



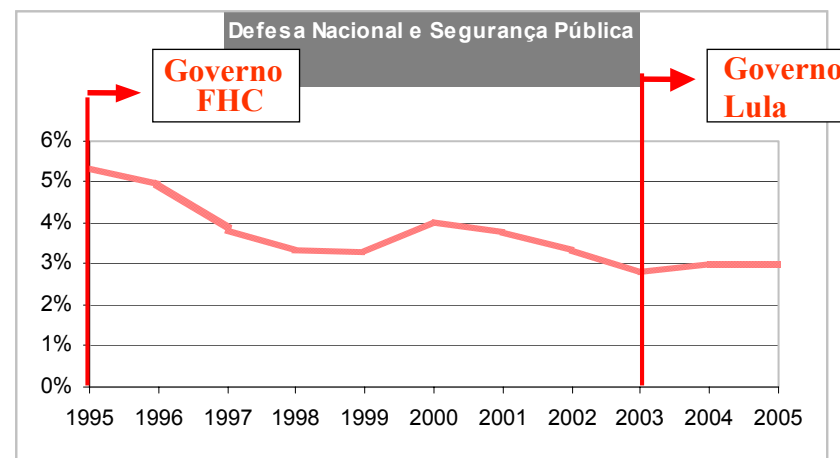
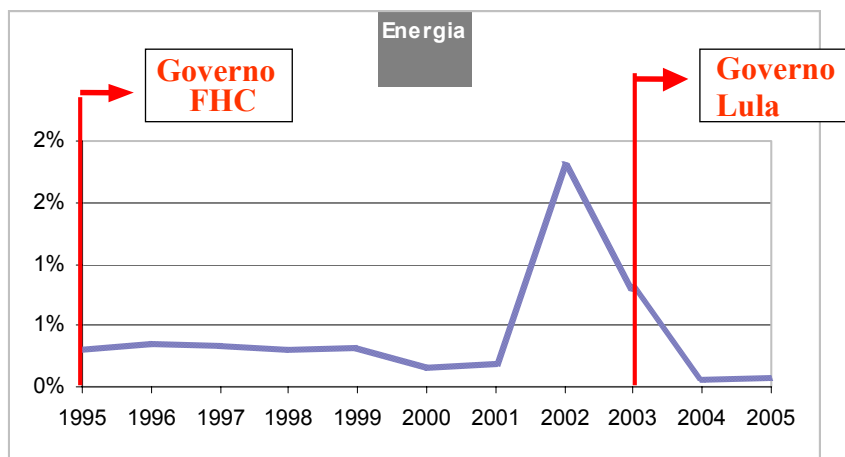
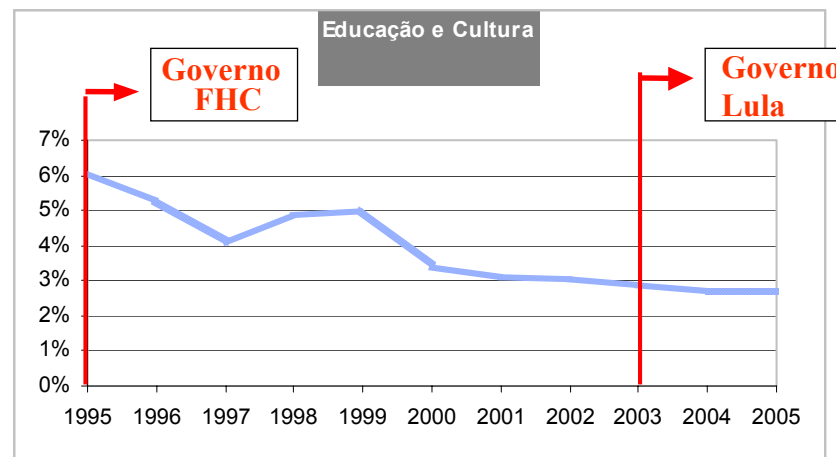
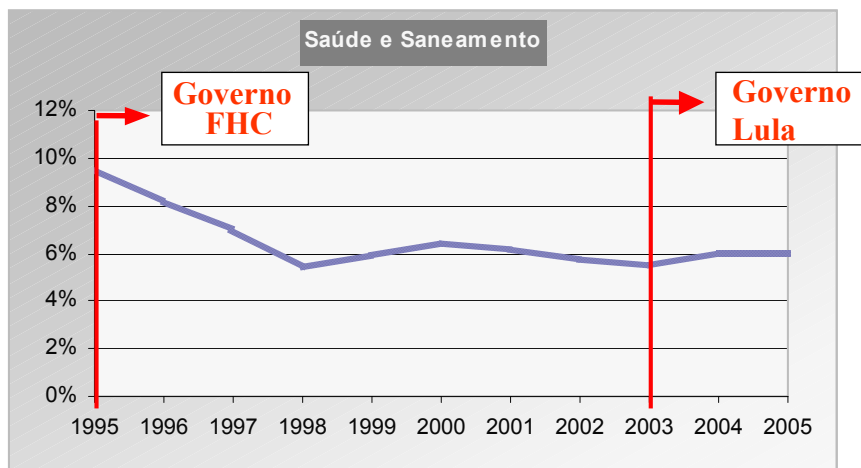
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal www.stn.fazenda.gov.br.

(*) Encargos Especiais: soma dos gastos em serviço sobre a dívida externa, serviço sobre a dívida interna, transferências e outras despesas financeiras. Até 1999 estava agregado à rubrica de Administração aproximadamente 2%, que mesmo sendo retirado do montante demonstra um aumento de participação dos encargos na aplicação do orçamento.

(**) Previdência Social: até 1999 estavam agregados à assistência social aproximadamente 2%, que, mesmo considerados à parte, a Previdência se manteve estável, com aumento da arrecadação.

(***) Todas as demais despesas do orçamento: 26 itens (Saúde; Educação; Defesa Nacional; Trabalho; Assistência Social; Saneamento; Urbanismo; Habitação; Energia; Agricultura; Comércio e Serviços; Indústria; Segurança; Transporte; Ciência e Tecnologia; Organização Agrária; Gestão Ambiental; Judiciário; Essencial à Justiça; Administração; Legislativo; Relações Exteriores; Direito à Cidadania; Comunicações; Desporto e Lazer; Cultura).

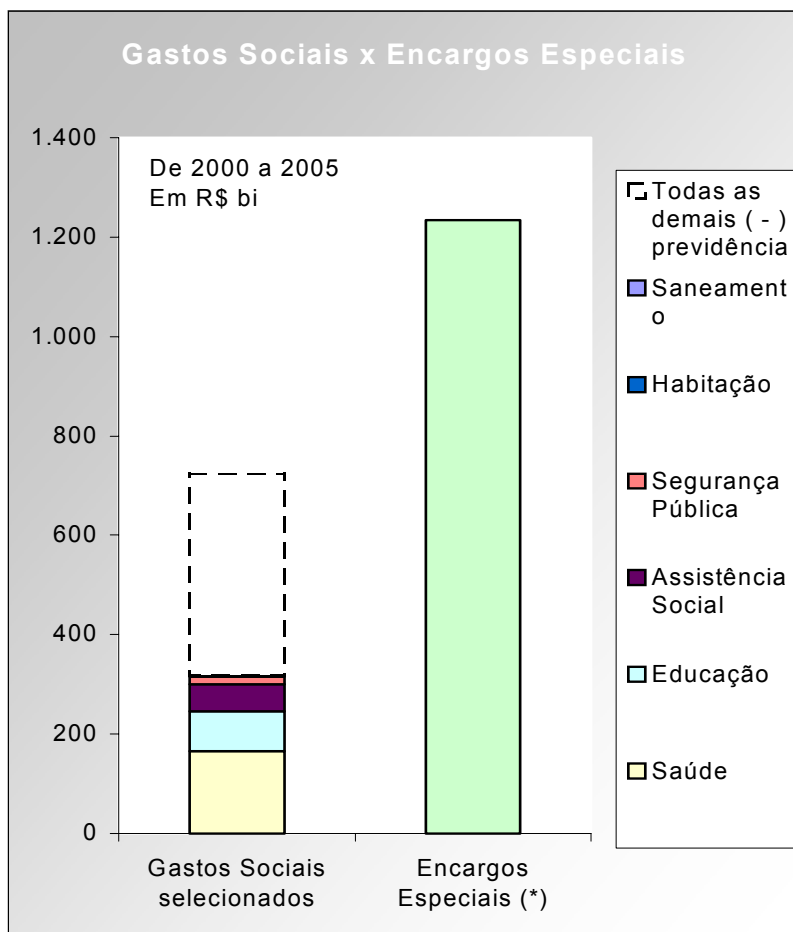
Evolução das principais rubricas do Orçamento (em % sobre o total) nos últimos onze anos



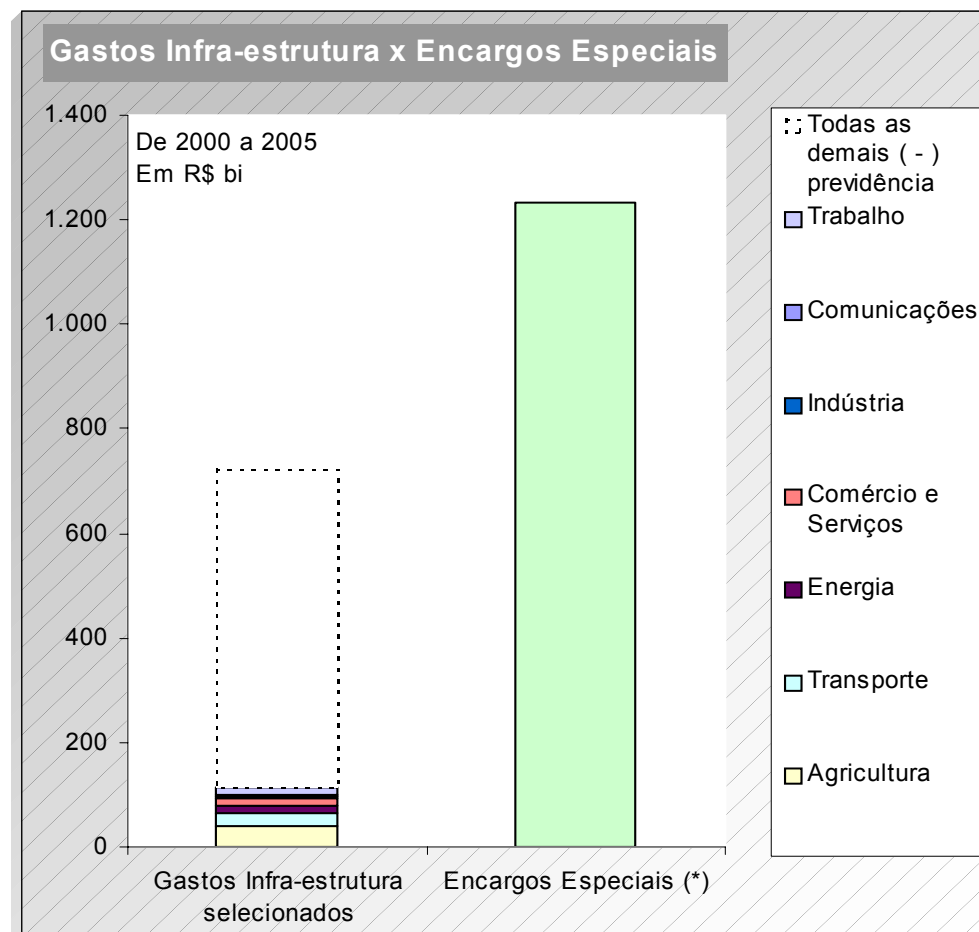
4. A que se destina o orçamento público?

Desde 1997, os encargos da dívida pública assumiram a dianteira dos gastos do governo, em detrimento de todos os demais. Os gráficos a seguir demonstram os gastos dos seis últimos anos, sociais e estruturais, respectivamente, comparados ao gasto com os encargos da dívida pública no mesmo período.

Em que medida os recursos oriundos da carga tributária estão a serviço da implementação de políticas públicas e do desenvolvimento social?



Quanto do orçamento público está sendo utilizado para a infra-estrutura e desenvolvimento econômico?



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal www.stn.fazenda.gov.br.

5. *Análise dos itens mais relevantes frente a “soluções” habitualmente propostas*

Frente aos dados apresentados neste estudo, comentaremos as soluções habitualmente propostas para reduzir o gasto público e, conseqüentemente, a carga tributária.

a) **Aumento na qualidade e eficiência dos gastos** – Apesar de louvável, a solução almejada não pode compreender somente a melhoria da qualidade dos gastos sociais e de infra-estrutura, já que esta iniciativa não altera significativamente o panorama das contas públicas. Mesmo que, com um enorme esforço, houvesse 5% a mais em eficiência sobre o conjunto dos gastos de infra-estrutura e social, isso representaria pouco mais de 1% no cômputo geral dos gastos da União.

b) **Corte de gastos de infra-estrutura e social** – O corte de gastos de infra-estrutura / social é prática instituída e sistematizada nos últimos nove anos de nossa história, basta vermos a redução sucessiva dos percentuais de execução do orçamento em cada uma das rubricas que compõem este conjunto. A redução ocorre por contingenciamento direto das verbas do orçamento. Ou seja, a verba vai para o orçamento, porém o governo não aplica ou “gasta”, pois fica contingenciada até o próximo ano, com a finalidade de demonstrar um superávit primário. A redução também ocorre por meio de mecanismo da Desvinculação das Receitas da União – DRU, que anualmente já corta 20%, inclusive, de itens como Segurança, Saneamento e Habitação. Apesar da sucessiva implementação da política de cortes de infra-estrutura e social, o desequilíbrio nominal das contas públicas segue aumentando. Isso porque à medida que aumenta, em proporção maior, o volume de recursos destinados aos investidores da dívida pública, cresce o desinvestimento, gerando uma crise social que chega a níveis insuportáveis. Nove anos dessa prática demonstram que assim não se atinge o ponto nevrálgico da questão.

c) **Corte de Gastos com a Previdência Social** – Esse é um capítulo que deverá ser tratado de forma mais aprofundada em uma próxima etapa deste trabalho. Para uma análise completa falta considerar o lado das receitas da Previdência Social. A Previdência possui orçamento e fontes de receita próprios, como a Contribuição sobre a Folha de Pagamento e as demais contribuições federais, tais como CSL e COFINS, constitucionalmente criadas para suprir o Orçamento Previdenciário. Essas receitas é que fazem face aos gastos do orçamento da previdência, o que não se mistura com a arrecadação dos demais tributos da União, estes sim, destinados ao pagamento dos Encargos Especiais; Educação; Defesa Nacional; Trabalho; Assistência Social; Saneamento; Urbanismo; Habitação; Energia; Agricultura; Comércio e Serviços; Indústria; Segurança; Transporte; Ciência e Tecnologia; Organização Agrária; Gestão Ambiental; Judiciário; Essencial à Justiça; Administração; Legislativo; Relações Exteriores; Direito à Cidadania; Comunicações; Desporto e Lazer e Cultura. É necessário, portanto, ter honestidade técnica neste debate, antes de fazer um diagnóstico mais consistente que leve em consideração todas as verbas de suprimento constitucional da previdência. Nos limitamos a destacar, com base nos dados aqui apresentados, que os gastos com a Previdência Social passaram de 34% em 1995 para 31% em 2005 do total do orçamento público, apesar da inclusão de mais benefícios sociais para as áreas rural e doméstica. Portanto, esses gastos sofreram um declínio proporcional e, por isso, não poderiam estar influenciando negativamente o equilíbrio das contas públicas.

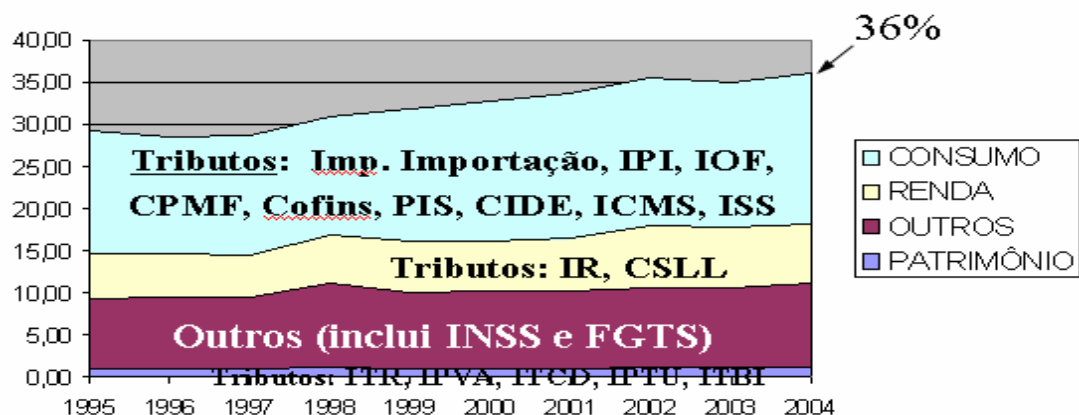
d) **Redução dos Encargos Especiais** – As elevadas taxas de juros praticadas nos últimos onze anos fizeram com que os Encargos Especiais saltassem de, aproximadamente, 26 bilhões de reais (16%) em 1995, para 257 bilhões de reais (42%) em 2005, do orçamento público, sendo de longe o gasto que mais cresceu, porém é o menos controlado e debatido pela sociedade. Esse gasto não corresponde a um aumento de despesas em outras rubricas (como em Saúde; Administração; Educação, etc.), mas a um aumento dos encargos, ou seja, juros da dívida pública gerados pelo próprio custo financeiro de um efeito “bola de neve” de juros sobre juros. Em onze anos, a política ortodoxa de aumento sucessivo da taxa de juros não considerou essa consequência à altura e não foram tomadas as mínimas cautelas necessárias para conter a ascensão desses gastos. Nem sequer houve uma verificação de origem a que estão sujeitos os demais gastos, como uma auditoria consequente, o que seria imprescindível, tendo em vista a relevância maior do gasto. A última auditoria da dívida pública ocorreu em 1931, quando 40% da dívida foi considerada irregular, o que reduziu substancialmente a dívida na época. A Constituição Federal de 1988 incluiu em seu Art. 26, das Disposições Transitórias, a obrigatoriedade desta auditoria, porém o maior dos gastos públicos - com a dívida pública e seus encargos - continua sendo uma “caixa-preta”, por onde escorrem 44% dos recursos do orçamento público, recursos que, se aplicados à infra-estrutura e ao social, transformariam a nação.

6. Relação de causa e efeito

A carga tributária cresce para cobrir o aumento dos encargos da dívida. Trata-se de uma constatação imediata da evolução dos gastos públicos em onze anos, já que somente esta rubrica – Encargos Especiais - cresceu em montante e proporcionalmente, de forma a justificar a ascensão da carga tributária. Se, por hipótese, extirpássemos essa rubrica do orçamento (44%), a carga tributária cairia dos atuais 39% para o patamar dos 26% do PIB, percentual aceitável para a economia brasileira. As rubricas de custo social (incluindo a previdenciária) e de infra-estrutura vêm declinando proporcionalmente nos últimos onze anos e não justificam, em nenhuma hipótese, o crescimento da carga tributária, pois não pressionam o orçamento como deveriam. Do exposto, à luz da execução do orçamento, conclui-se que o **efeito** que sentimos no mundo real, do peso dos tributos, tem como **causa** invisível o volume dos **encargos da dívida pública**.

7. Origem e Destino da Carga Tributária – Uma reflexão importante

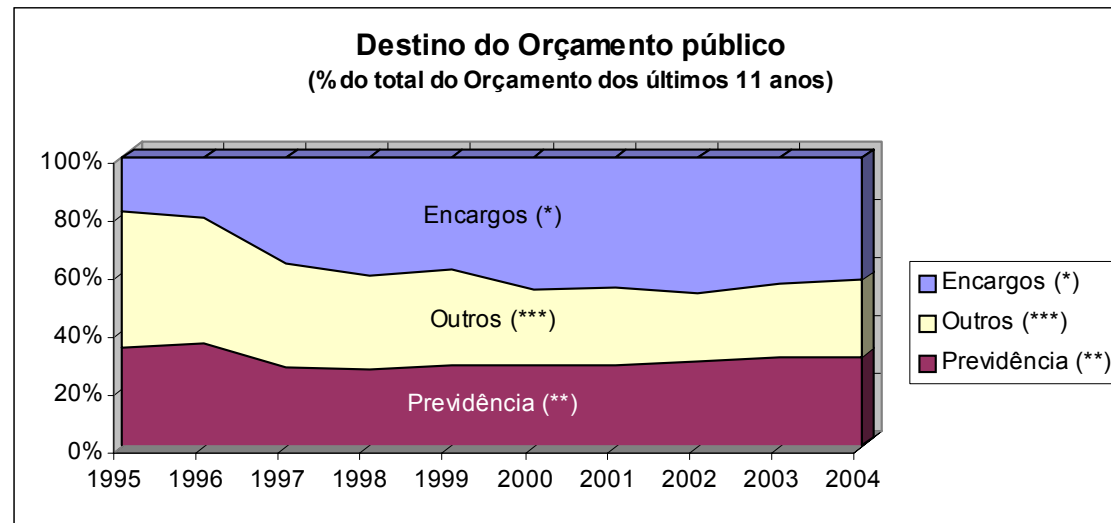
**Carga Tributária por Tipo de Tributo
União, Estados e Municípios
(% do PIB)**



Na figura ao lado está a composição da carga tributária de 1995 a 2004. Verifica-se que os impostos sobre o consumo são os que mais têm crescido e os que mais contribuem para a cesta de arrecadação, situação esdrúxula que desestimula a economia e penaliza os mais necessitados.

Fonte: SRF, Banco Central, Confaz. Elaboração: Assessoria Econômica do Unafisco Sindical

Por outro lado, a parcela mais significativa do destino dos tributos é justamente a dos Encargos Especiais (*) sobre a dívida, que tem aumentado sua participação no total do orçamento, de 18,75% em 1995 para 42,45% em 2005. Previdência Social (**) praticamente permanece estável com leve declino. Não obstante, a ampliação de direitos ao longo dos anos participava com 34,05% em 1995 e, atualmente, representa 31,06% do orçamento. Todos os demais gastos da União (***), que representavam mais de 47,20% em 1995, vêm sendo comprimidos ano a ano, chegando ao final de 2005 a 26,49% do orçamento público.

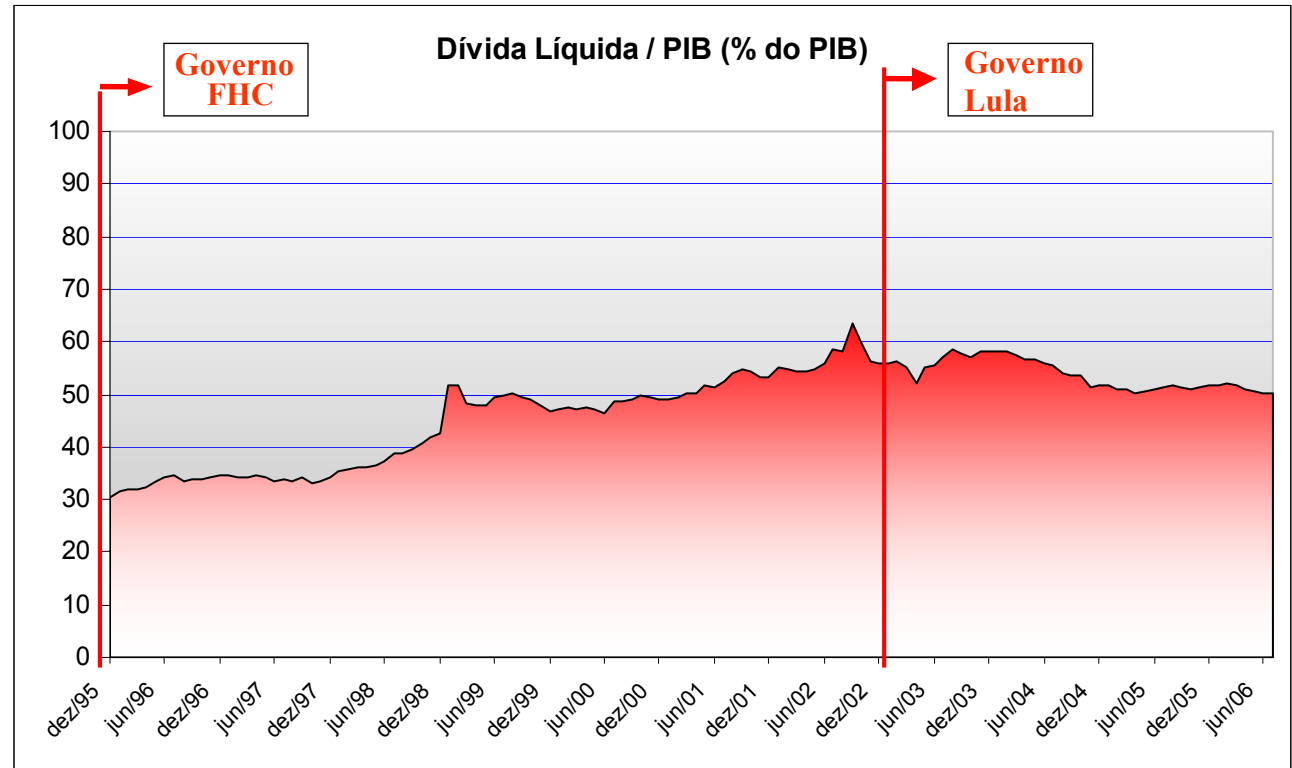


Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal www.stn.fazenda.gov.br.

8. A evolução da Dívida nos últimos onze anos

Ao lado verificamos o percentual da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto ao longo de onze anos. Cabe observar que, mesmo gastando 44 % de todo o orçamento da União para o pagamento dos encargos especiais (*), como destacado na Tabela 4, o Brasil não paga todos os juros anuais e não consegue reduzir o principal da dívida. Nos últimos 6 anos, o Brasil pagou 1,2 trilhões de reais de encargos especiais (*) e continua devendo mais de 1 trilhão de dívida.

Fonte: Banco Central



9. Conclusão

Pela análise dos gastos públicos nos últimos onze anos de nossa história, concluímos que o ponto crucial está em reduzir o que mais pressiona o aumento da carga tributária, que são os encargos da dívida pública. Resumindo, a situação é a seguinte: devemos ao sistema financeiro a metade de todas as riquezas que conseguimos produzir no País (PIB). No entanto, impomos à sociedade uma carga tributária de quase metade destas riquezas e entregamos a esse sistema financeiro praticamente a metade de todos os tributos da União, como o gasto com a dívida pública. Portanto, para reduzir os encargos da dívida, necessariamente, temos de passar por uma redução significativa da taxa de juros, por uma auditoria responsável do total da dívida pública e por uma conseqüente renegociação ampla. Somente, então, a carga tributária poderá ser reduzida efetivamente, estimulando a economia e permitindo que uma parcela maior do orçamento seja destinada aos gastos sociais e estruturais.

Breve currículo dos autores

Silvana Mendes Campos. Economista, trabalhou 12 anos em análise econômica em grandes empresas da iniciativa privada. Auditora-Fiscal da Receita Federal desde 1985 com especialização em Computer-Assisted and Statistical Auditing e Techniques for Tax Auditors (Canadá). Nos anos de 1990, foi supervisora-geral do projeto de modernização tecnológica e de fortalecimento das capacidades gerencial, normativa e operacional da Secretaria da Receita Federal. Em 1997, integrou comissão que criou a Delegacia Especial de Instituições Financeiras (Deinf) da RF de São Paulo. É diretora do Unafisco Sindical São Paulo.

Marcelo Cota Guimarães. Engenheiro, formado pelo Instituto tecnológico da Aeronáutica (ITA). De janeiro de 1968 a junho de 1995, trabalhou na iniciativa privada na área de informática, com sistemas de engenharia, estatística e matemática. É Auditor-Fiscal da Receita Federal desde julho de 1995. Atualmente trabalha na Delegacia Especial de Instituições Financeiras (Deinf) da RF de São Paulo.



Unafisco - Delegacia Sindical de São Paulo
Av. Paulista, 568, 9º andar - Bela Vista.
CEP: 01310-000 São Paulo -SP
Fone/fax: (11) 3251-0085
www.unafiscosindical-sp.org.br